

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Motivos de Reapresentação	42
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2017	Dividendo	10/04/2017	Ordinária		0,10766
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2017	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	29/05/2017	Dividendo	29/05/2017	Ordinária		0,01422
Reunião do Conselho de Administração	29/05/2017	Dividendo	29/05/2017	Ordinária		0,09675
Reunião do Conselho de Administração	29/05/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2017	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	23/06/2017	Dividendo	23/06/2017	Ordinária		0,09315
Reunião do Conselho de Administração	23/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	23/06/2017	Ordinária		0,00822

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.817.599	1.835.216
1.01	Ativo Circulante	118.545	400.145
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.695	332.433
1.01.03	Contas a Receber	55.071	63.909
1.01.03.01	Clientes	55.071	63.909
1.01.03.01.01	Clientes	55.015	63.853
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	56	56
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.035	416
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.035	416
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.078	1.701
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.666	1.686
1.01.08.03	Outros	2.666	1.686
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.666	1.686
1.02	Ativo Não Circulante	1.699.054	1.435.071
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	399.688	84.411
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.609	23.264
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.609	23.264
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	371.079	61.147
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	64.190	61.147
1.02.01.09.04	Debêntures a receber	306.889	0
1.02.03	Imobilizado	32.873	35.157
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.873	35.157
1.02.04	Intangível	1.266.493	1.315.503
1.02.04.01	Intangíveis	1.266.493	1.315.503

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.817.599	1.835.216
2.01	Passivo Circulante	99.015	135.896
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.230	5.637
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.230	5.637
2.01.02	Fornecedores	9.617	17.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.617	17.159
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.918	10.476
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.918	10.476
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	8.918	10.476
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.144	30.444
2.01.04.02	Debêntures	6.144	30.444
2.01.05	Outras Obrigações	33.430	29.607
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.514	3.683
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.831	3.096
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.683	587
2.01.05.02	Outros	23.916	25.924
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.775	1.902
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	16.680	20.270
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.461	3.752
2.01.06	Provisões	35.676	42.573
2.01.06.02	Outras Provisões	35.676	42.573
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	23.207	26.825
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.469	15.748
2.02	Passivo Não Circulante	1.332.088	1.298.460
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.150.024	1.127.690
2.02.01.02	Debêntures	1.150.024	1.127.690
2.02.02	Outras Obrigações	8.056	15.810
2.02.02.02	Outros	8.056	15.810
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	0	7.427
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.056	8.383
2.02.04	Provisões	174.008	154.960
2.02.04.02	Outras Provisões	174.008	154.960
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	73.453	70.262
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	97.694	81.922
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.861	2.776
2.03	Patrimônio Líquido	386.496	400.860
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	97.822
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	37.313
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.949	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	231.655	483.419	211.205	439.146
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-90.715	-175.566	-96.784	-172.515
3.03	Resultado Bruto	140.940	307.853	114.421	266.631
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.701	-21.711	-12.468	-28.918
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.741	-21.847	-12.462	-28.903
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	40	136	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-6	-15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	130.239	286.142	101.953	237.713
3.06	Resultado Financeiro	-13.702	-30.563	-28.481	-72.567
3.06.01	Receitas Financeiras	9.994	23.124	10.796	21.546
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.696	-53.687	-39.277	-94.113
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.537	255.579	73.472	165.146
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.411	-82.309	-22.579	-51.376
3.08.01	Corrente	-39.817	-87.654	-25.102	-57.333
3.08.02	Diferido	2.406	5.345	2.523	5.957
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	79.126	173.270	50.893	113.770
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	79.126	173.270	50.893	113.770
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,29264	0,64082	0,18822	0,42077

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	79.126	173.270	50.893	113.770
4.03	Resultado Abrangente do Período	79.126	173.270	50.893	113.770

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	296.894	269.301
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	403.750	348.793
6.01.01.01	Lucro Líquido	173.270	113.770
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	73.743	63.436
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	55	363
6.01.01.04	Juros ativos - debêntures privadas	-6.889	0
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	46.276	78.133
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-1.488	3.670
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.512	-59
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.247	5.257
6.01.01.09	Tributos diferidos	-5.345	-5.957
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	33	-95
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	267	387
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-655	-4.068
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	19.385	24.346
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	5.089	5.454
6.01.01.16	Juros capitalizados	-117	-31
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	7.713	6.853
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	87.654	57.334
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-106.856	-79.492
6.01.02.01	Clientes	8.805	11.997
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.619	-4.003
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.377	1.729
6.01.02.04	Outros créditos	-980	451
6.01.02.05	Fornecedores	-7.542	-1.699
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-407	-309
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.558	-2.389
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	5.831	-3.411
6.01.02.09	Outras contas a pagar	1.382	-1.308
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-90.933	-62.427
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-2.655	-610
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.568	-827
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-12.235	-16.686
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-322.387	-32.965
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.133	-1.596
6.02.02	Aquisição de intangível	-20.254	-31.369
6.02.03	Debêntures privadas	-300.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-253.245	-196.433
6.03.01	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-17.242	-15.629
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-187.761	-134.856
6.03.07	Juros pagos	-48.242	-45.948

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-278.738	39.903
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	332.433	209.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.695	249.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-37.313	-150.321	0	-187.634
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.313	-137.271	0	-174.584
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.050	0	-13.050
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.270	0	173.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.270	0	173.270
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	22.949	0	386.496

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	-26.019	-108.964	0	-134.983
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.019	-95.387	0	-121.406
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.577	0	-13.577
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.770	0	113.770
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.770	0	113.770
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	4.806	0	368.353

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	527.838	478.625
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	490.443	436.514
7.01.02	Outras Receitas	23.737	20.325
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	13.658	21.786
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-102.242	-117.802
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-85.435	-95.361
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.807	-22.441
7.03	Valor Adicionado Bruto	425.596	360.823
7.04	Retenções	-73.743	-63.436
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.743	-63.436
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	351.853	297.387
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.124	21.546
7.06.02	Receitas Financeiras	23.124	21.546
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	374.977	318.933
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	374.977	318.933
7.08.01	Pessoal	19.827	18.782
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.835	13.762
7.08.01.02	Benefícios	4.000	4.036
7.08.01.03	F.G.T.S.	992	984
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	126.728	90.854
7.08.02.01	Federais	101.077	68.050
7.08.02.03	Municipais	25.651	22.804
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.152	95.527
7.08.03.01	Juros	24.239	23.879
7.08.03.02	Aluguéis	1.465	1.415
7.08.03.03	Outras	29.448	70.233
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	173.270	113.770
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	13.050	13.577
7.08.04.02	Dividendos	137.271	95.387
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.949	4.806

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 2T17

São Bernardo do Campo, 27 de julho de 2017 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 (2T17) e ao primeiro semestre de 2017 (1S17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 (2T16) e primeiro semestre de 2016 (1S16).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego atingiu 14.797 mil veículos equivalentes pagantes no 2T17.
- O EBITDA pró-forma totalizou R\$ 177,4 milhões, com margem de 79,6% no 2T17.
- A receita líquida no 2T17 foi de R\$231,6 milhões e R\$211,2 milhões no 2T16, crescimento de 9,7%. A receita pró-forma no 2T17 foi de R\$222,9 milhões e R\$194,5 milhões no 2T16, aumento de 14,6%.

Destaques (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Volume de tráfego	14.798	14.345	3,2%	31.188	30.602	1,9%
Tarifa Média ¹	15,64	14,11	10,8%	15,73	14,26	10,2%
Receita líquida	231,6	211,2	9,7%	483,4	439,1	10,1%
Lucro do período	79,2	50,9	55,6%	173,3	113,8	52,3%
EBITDA PRÓ-FORMA ²	177,4	149,9	18,3%	379,3	325,5	16,5%
Margem EBITDA	79,6%	77,1%	2,5 p.p.	80,8%	78,0%	2,8 p.p.
Capex	24,8	29,1	-14,8%	34,7	49,7	-30,2%

¹ em milhares de veículos equivalentes pagantes

² em Reais

³ exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 40 milhões de veículos pedagiados, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO

Comentário do Desempenho

14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001), exceto as mais recentes ECO101 e Ecoponte.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Passeio	7.598	7.601	0,0%	17.078	17.132	-0,3%
Comercial	7.199	6.744	6,7%	14.110	13.470	4,8%
Total	14.797	14.345	3,2%	31.188	30.602	1,9%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 14.797 mil no 2T17 e 14.345 mil no 2T16, aumento de 3,2%.

Veículos Comerciais – crescimento de 6,7% no 2T17 em função das exportações de grãos pelo Porto de Santos.

Veículos de Passeio – se manteve estável no comparativo com 2T16.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Ecovias dos Imigrantes	15,64	14,11	10,8%	15,73	14,26	-0,3%

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 10,8% no 2T17, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifário de 9,3% pelo IPCA em 01 de julho de 2016. No caso do reajuste contratual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$252,6 milhões no 2T17, aumento de 10,0%, sendo influenciada, principalmente, pelo crescimento nas receitas de pedágio e acessórias.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Receitas de Pedágio	231,3	202,4	14,3%	490,4	436,5	12,3%
Receitas Acessórias	12,6	10,5	20,0%	23,7	20,3	16,7%
Receita de Construção	8,7	16,7	-47,9%	13,7	21,8	-37,2%
Total	252,6	229,6	10,0%	527,8	478,6	10,3%

Receita de Pedágio - crescimento de 14,3% no 2T17, resultante do aumento no volume de tráfego pedagiado e reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2016.

Comentário do Desempenho

Receita Acessória - aumento de 20,0% no 2T17, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – queda de 47,9% devido, principalmente, ao menor nível de obras contratuais no período.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 2T17 reduziram 7,1% e totalizaram R\$101,4 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$45,6 milhões, um aumento de 2,2% em relação ao 2T16.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Pessoal	10,4	9,2	13,0%	19,8	18,8	5,3%
Conservação e manutenção	2,7	2,6	3,8%	5,0	5,7	-12,3%
Serviços de terceiros	23,6	24,8	-4,8%	46,5	49,6	-6,3%
Poder concedente, locações e seguros	5,4	5,2	3,8%	11,3	10,9	3,7%
Outros	3,5	2,8	25,0%	8,0	6,9	15,9%
Custos caixa	45,6	44,6	2,2%	90,6	91,9	-1,4%
Depreciação e amortização	36,9	31,8	16,0%	73,7	63,4	16,2%
Provisão manutenção ICPC 01	10,2	16,1	-36,6%	19,4	24,3	-20,2%
Custo de construção de Obras ICPC 01	8,7	16,7	-47,9%	13,7	21,8	-37,2%
TOTAL	101,4	109,2	-7,1%	197,4	201,4	-2,0%

Pessoal: R\$ 10,4 milhões no 2T17, aumento de 13,4% referente ao aumento de condenações trabalhistas.

Outros: R\$ 3,5 milhões no 2T17 aumento de 25,0%, referente a condenações cíveis no período.

Provisão para manutenção: R\$ 10,2 milhões no 2T17, 36,6% inferior ao 2T16, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento;

Depreciação e Amortização: R\$ 36,9 milhões no 2T17, 16,0% superior ao 2T16, devido a maior base de ativos da Companhia e adequação da curva de tráfego.

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$177,4 milhões no 2T17, com margem EBITDA de 79,6%.

O EBITDA, no 2T17, foi de R\$67,2 milhões (margem EBITDA 72,2%).

Comentário do Desempenho

EBITDA	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
(em milhões de R\$)						
Lucro/(prejuízo líquido)	79,2	50,9	55,6%	173,3	113,8	52,3%
Imposto de renda e contribuição social	37,4	22,6	65,5%	82,3	51,4	60,1%
Resultado Financeiro	13,7	28,5	-51,9%	30,6	72,6	-57,9%
Depreciação e amortização	36,9	31,8	16,0%	73,7	63,4	16,2%
Outras receitas e despesas líquidas	-	-	0,0%	0,1	-	n.m
EBITDA ¹	167,2	133,8	25,0%	359,9	301,2	19,5%
Margem EBITDA ¹	72,2%	63,4%	8,8 p.p.	74,5%	68,6%	5,9 p.p.
Provisão para manutenção ²	10,2	16,1	-36,6%	19,4	24,3	-20,2%
EBITDA Pró-Forma ³	177,4	149,9	18,3%	379,3	325,5	16,5%
Margem EBITD Pró-Forma ³	79,6%	77,1%	2,5 p.p.	80,8%	78,0%	2,8 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com Instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas rodovias.

³ A margem EBITDA pró-forma foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 2T17 foi negativo em R\$13,7 milhões, redução de 51,9% devido, principalmente, à redução da variação do IPCA (indexador das debêntures) quando comparado com o mesmo período do 2T16, e com o registro de juros ativos referente a contratação de debêntures privada, no montante de R\$ 6,9 milhões, com a Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Resultado Financeiro	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
(em milhares de R\$)						
Juros sobre debêntures	(11,6)	(11,6)	-0,3%	(24,2)	(23,9)	1,3%
Variação monetária sobre debêntures	(7,8)	(19,6)	-60,2%	(20,4)	(52,7)	-61,3%
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	0,6	(1,6)	-137,5%	1,5	(3,7)	-140,5%
Receita de aplicação financeira	2,3	8,7	-73,6%	14,0	17,4	-19,5%
Receita debêntures privada	6,9	-	100,0%	6,9	-	100,0%
Ajuste a Valor Presente sobre provisão para manutenção	(2,6)	(2,8)	-7,1%	(5,1)	(5,5)	-7,3%
Outros efeitos financeiros	(1,5)	(1,6)	-6,3%	(3,3)	(4,2)	-21,4%
TOTAL	(13,7)	(28,5)	-51,9%	(30,6)	(72,5)	-57,9%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$79,2 milhões no 2T17, crescimento de 55,6% em relação ao 2T16.

ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou junho de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$53,7 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecovias dos Imigrantes (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$1.172,8 milhões em 31 de junho de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente), foi de R\$1.102,4, aumento de 33,5% quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/06/2017	31/12/2016	Var.
Curto Prazo	6,1	30,4	-79,9%
Debêntures	6,1	30,4	-79,9%
Longo Prazo	1.150,0	1.127,7	2,0%
Debêntures	1.150,0	1.127,7	2,0%
Endividamento Financeiro Bruto¹	1.156,1	1.158,1	-0,2%
Obrigações com Poder Concedente	16,7	27,7	-39,7%
Endividamento Bruto	1.172,8	1.185,8	-1,1%
Caixa e equivalentes de caixa	53,7	332,4	-83,8%
Dívida Líquida	1.119,1	853,4	31,1%
Endividamento Financeiro Líquido¹	1.102,4	825,7	33,5%

¹ Exclui a dívida de obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$24,8 milhões no 2T17. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhares de R\$)	2T17			1S17		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	16,8	8,0	24,8	22,5	12,2	34,7

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$277,7 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 14.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de julho de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	4.693	7.846
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	39.944	319.363
Operações compromissadas (b)	7.900	-
Aplicações automáticas compromissadas (c)	1.158	5.224
	53.695	332.433

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 32,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 53,4 % em Operações Compromissadas, 4,0% em Letra Financeira (LF), 9,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT).. (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada à curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.

(c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor, a referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico	50.173	60.479
Receitas acessórias	2.994	1.599
Outras contas a receber	2.158	2.052
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (*)	(310)	(277)
	55.015	63.853

(*) refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	54.767	62.647
Vencidos:		
Até 30 dias	188	1.003
De 31 a 60 dias	38	95
De 61 a 90 dias	11	57
De 90 a 120 dias	11	51
Acima de 120 dias	310	277
	55.325	64.130

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	277	245
Constituição de PECLD no período	335	73
Valores recuperados no período	(302)	(168)
	310	150

6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo no início do período	61.147	60.135
Adições	2.655	610
Baixas	(267)	(387)
Atualização monetária	655	4.068
Saldo no fim do período	64.190	64.426

Notas Explicativas

7. Imobilizado

	Custo			Depreciação			Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 30/06/2016	Adições	Transf.	Saldos em 30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015
Hardwares	5,4	104.031	715	23	104.769	(2.842)	2	(92.374)	12.395	14.497
Máquinas e equipamentos	7,0	18.101	444	-	18.545	(639)	-	(12.348)	6.197	6.392
Móveis e utensílios	7,3	6.332	17	-	6.349	(230)	-	(4.265)	2.084	2.297
Terrenos	-	3.304	-	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,2	3.437	-	-	3.437	(124)	-	(1.361)	2.076	2.200
Veículos	8,9	6.068	-	-	6.068	(270)	-	(4.370)	1.698	1.968
Instalações	10,2	8.157	420	62	8.639	(428)	(26)	(2.926)	5.713	5.685
Outros	-	873	-	-	873	-	-	-	873	873
		150.303	1.596	85	151.984	(4.533)	(24)	(117.644)	34.340	37.216

	Custo			Depreciação			Residual		
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 30/06/2017	Adições	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2016
Hardwares	4,8	106.855	1.277	108.132	(2.601)	(94.983)	(97.584)	(2.601)	11.872
Máquinas e equipamentos	6,5	19.441	142	19.583	(635)	(12.981)	(13.616)	(635)	6.460
Móveis e utensílios	6,7	6.368	37	6.405	(214)	(4.490)	(4.704)	(214)	1.878
Terrenos	-	3.304	-	3.304	-	-	-	-	3.304
Edificações	7,6	3.437	530	3.967	(140)	(1.485)	(1.625)	(140)	2.342
Veículos	9,2	6.063	-	6.063	(280)	(4.540)	(4.820)	(280)	1.523
Instalações	10,1	10.717	147	10.864	(547)	(3.422)	(3.969)	(547)	7.295
Outros	-	873	-	873	-	-	-	-	873
		157.058	2.133	159.191	(4.417)	(121.901)	(126.318)	(4.417)	35.157

Em 30 de junho de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 10) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

8. Intangível

Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2015		Transf.		Saldos em 31/12/2015		Transf.			
	Adições	Baixas			Adições					
(i)	2.369.815	16.191	(363)	(59)	2.385.584	(1.027.013)	(58.424)	8	1.300.155	1.342.802
Softwares de terceiros	8.259	369	-	(26)	8.602	(5.573)	(479)	16	(6.036)	2.686
Intangível em andamento	387	14.840	-	-	15.227	-	-	-	15.227	387
	2.378.461	31.400	(363)	(85)	2.409.413	(1.032.586)	(58.903)	24	(1.091.465)	1.317.948
										1.345.875

Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2016		Transf.		Saldos em 31/12/2016		Transf.			
	Adições	Baixas			Adições					
(i)	2.445.201	10.835	(55)	-	2.455.981	(1.139.056)	(68.816)	-	(1.207.872)	1.248.109
Softwares de terceiros	8.977	182	-	-	9.159	(6.535)	(510)	-	(7.045)	2.442
Intangível em andamento (iii)	6.916	9.354	-	-	16.270	-	-	-	-	16.270
	2.461.094	20.371	(55)	-	2.481.410	(1.145.591)	(69.326)	-	(1.214.917)	1.266.493
										1.315.503

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de junho de 2017 é de 5,62% ao ano (4,91% ao ano em 30 de junho de 2016).

(iii) Os principais valores concentram-se na manutenção e implantação de dispositivo e restauração do pavimento.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2017 foram capitalizados encargos financeiros de R\$117 (R\$31 em 30 de junho de 2016). A taxa média de capitalização para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de 1,34% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 1,28% a.a. para o semestre findo em 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017	30/06/2017
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.257	1.133	(571)	6.819	562
Provisão para férias e encargos de diretores	161	25	(6)	180	19
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	46	50	(51)	45	(1)
Provisão para manutenção	38.554	4.162	-	42.716	4.162
AVP ônus Concessão	1.317	-	(719)	598	(719)
Juros capitalizados	(389)	(11)	37	(363)	26
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	(22.682)	-	1.296	(21.386)	1.296
IR e CS diferido - ativo (i)	23.264	5.359	(14)	28.609	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					5.345

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$28.609 no ativo não circulante.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	3.334	5.809
2018	6.488	5.647
2019	6.542	4.846
2020	5.508	4.846
Após 2021	6.737	2.116
	<u>28.609</u>	<u>23.264</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	255.579	165.146
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(86.897)	(56.150)
Juros sobre o capital próprio	4.437	4.616
Despesas indedutíveis	(2)	(8)
Gratificações diretores	(50)	(87)
Incentivos fiscais (PAT)	191	240
Outros	12	13
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(82.309)</u>	<u>(51.376)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(87.654)	(57.333)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	5.345	5.957
Taxa efetiva	32,2%	31,1%

Notas Explicativas

10. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	1.163.637	1.143.283
Remuneração (juros)	9.669	33.671
Custos com emissão de debêntures (*)	(17.138)	(18.820)
	<u>1.156.168</u>	<u>1.158.134</u>
Circulante	6.144	30.444
Não circulante	1.150.024	1.127.690

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	1.158.134	1.083.209
Pagamento de juros	(48.242)	(45.948)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	46.276	78.133
Saldo final	<u>1.156.168</u>	<u>1.115.394</u>

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses inferior a 3,5x e (ii) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses / Despesa Financeira Líquida Superior a 2,0x, calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora.

Os índices medidos em 30 de junho de 2017 foram: (i) 1,50x e (ii) 11,92x (Índices não revisados pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	(1.463)	(1.463)	-	(3.442)	(3.442)
2019	132.082	(2.942)	129.140	129.772	(2.942)	126.830
2020	132.081	(2.653)	129.428	129.771	(2.653)	127.118
2021	-	(2.874)	(2.874)	-	(2.874)	(2.874)
2022	299.801	(2.057)	297.744	294.557	(2.057)	292.500
2023 e 2024	599.673	(1.624)	598.049	589.183	(1.625)	587.558
	1.163.637	(13.613)	1.150.024	1.143.283	(15.593)	1.127.690

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	9,81% a.a.
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	9,62% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.361)</u>	<u>850.639</u>		

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

11. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas direta ou indiretamente ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	5.831	-	25.140	12.951
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	56	-	-	143	-	-
CBB Indústria e Comércio Asfaltos Ltda (c)	Outras partes	-	944	315	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda (c)	Outras partes	-	100	33	-	-	-
CR Almeida Engenharia e Serviços S.A. (d)	Outras partes	-	5.617	3.335	-	-	-
Total em 30 de junho de 2017		56	6.661	9.514	143	25.140	12.951
Total em 31 de dezembro de 2016		56	55.460	3.683			
Total em 30 de junho de 2016					132	22.783	18.078

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$76.184, o saldo em aberto de R\$5.831 em 30 de junho de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (b) Locação prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$24 (R\$22 em 31 de dezembro de 2016).
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Serviços S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$53.176, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços foi junho de 2017 e em 30 de junho de 2017 há um saldo de serviços a realizar de R\$35.928. O saldo em aberto de R\$348 em 30 de junho de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (d) A CR Almeida Engenharia e Serviços S.A., presta serviços de execução de obras nas rodovias e trechos que do SAI – Sistema Anchieta Imigrantes, das obras de recuperação de pavimento flexível e usinagem. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$40.200. O prazo para execução desses serviços é janeiro de 2018 e em 30 de junho de 2017 foram realizados R\$5.891. O saldo em aberto de R\$3.335 em 30 de junho de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.

Em 12 de abril de 2017, a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 30.000 debêntures pelo valor unitário de R\$10 mil, totalizando o montante de R\$300.000 mil. A Companhia adquiriu a totalidade das debêntures. O prazo de vigência das referidas debêntures será de 96 meses da data de emissão, vencendo-se, principal e juros em 12 de abril de 2025. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente à taxa de 105,5% do CDI. As debêntures foram registradas em nome da controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. na CETIP, sendo a liquidação financeira dos eventos realizados através da mesma. As debêntures poderão ser registradas perante a CETIP para negociação no mercado secundário. No período findo em 30 de junho de 2017, foram reconhecidos ao resultado à título de juros o montante de R\$6.889 (vide nota explicativa nº 19). O montante de R\$306.889 está registrado na rubrica Debêntures a receber.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 no montante R\$1.300. A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	472
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	83
Seguro de vida	1
Assistência saúde	25
Previdência privada	23
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	95
	<u>699</u>

12. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,91% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	402.784	30.409	-	-	433.193
Efeito do valor presente sobre a constituição	(64.890)	(6.063)	-	-	(70.953)
Realização da manutenção	(285.913)	-	(16.686)	-	(302.599)
Ajuste a valor presente - realizações	34.274	-	-	5.370	39.644
	<u>86.255</u>	<u>24.346</u>	<u>(16.686)</u>	<u>5.370</u>	<u>99.285</u>
Circulante	19.289				15.176
Não circulante	66.966				84.109

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	468.653	25.022	-	-	493.675
Efeito do valor presente sobre a constituição	(75.327)	(5.637)	-	-	(80.964)
Realização da manutenção	(329.592)	-	(12.235)	-	(341.827)
Ajuste a valor presente - realizações	45.013	-	-	5.004	50.017
	<u>108.747</u>	<u>19.385</u>	<u>(12.235)</u>	<u>5.004</u>	<u>120.901</u>
Circulante	26.825				23.207
Não circulante	81.922				97.694

Notas Explicativas

13. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Efeito financeiro	30/06/2016
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.977	84	5.061
	2.607	84	2.691
Não circulante	2.607		2.691

	31/12/2016	Efeito financeiro	30/06/2017
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	5.146	85	5.231
	2.776	85	2.861
Não circulante	2.776		2.861

14. Obrigações com Poder Concedente

	30/06/2017	31/12/2016
Parcelas fixas (a)	15.484	26.249
Parcelas variáveis (b)	1.196	1.448
	16.680	27.697
Circulante	16.680	20.270
Não circulante	-	7.427

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de junho de 2017, restam 10 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 95,83% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de junho de 2017 o desconto de R\$1.063 (R\$1.740 em 30 de junho de 2016), somado à atualização monetária do direito de outorga de credora de R\$425 (R\$1.930 em 30 de junho de 2016), e foi totalizado o valor líquido credor de R\$1.488 (R\$3.670 em 30 de junho de 2016) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	7.427
	-	7.427

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	27.697	40.762
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa n° 19)	(1.488)	3.670
Custo (vide Nota Explicativa n° 18)	7.713	6.853
Pagamento principal e atualização	(17.242)	(15.629)
Saldo final	16.680	35.656

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo menor dos índices entre IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	<u>Previsão de 2017 ao fim da concessão</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	108.046	115.064
Conservação especial (manutenção)	216.721	228.847
Equipamentos	43.411	43.057

15. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributárias (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	59.934	3.751	5.340	69.025
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.127)	649	419	(59)
(-) Pagamentos	(208)	(619)	-	(827)
(+) Atualização monetária	4.385	491	381	5.257
Saldos em 30 de junho de 2016	62.984	4.272	6.140	73.396
	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributárias (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	57.882	4.713	7.667	70.262
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	545	1.504	463	2.512
(-) Pagamentos	(834)	(734)	-	(1.568)
(+) Atualização monetária	1.917	283	47	2.247
Saldos em 30 de junho de 2017	59.510	5.766	8.177	73.453

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por

Notas Explicativas

perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2017, R\$14.516 (R\$10.246 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 30 de junho de 2017 este valor atualizado é de R\$46.065, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “Contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 30 de junho de 2017, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$46.065.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$19.980 (R\$12.526 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de junho de 2017, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$25.180 (R\$22.924 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2017, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 30 de junho de 2017 totalizando R\$187.761 refere-se a: R\$37.313 saldo de dividendos remanescentes de 2016, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2016; R\$137.271 dividendos intermediários do exercício de 2017, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2018; R\$1.902 de juros sobre o capital próprio remanescente de 2016 e R\$11.275 (dos R\$13.050 contabilizados) a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

Notas Explicativas**17. Receita líquida**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	78.687	69.687	176.908	157.439
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	136.908	119.325	283.843	250.515
Vale-pedágio	15.653	13.240	29.451	28.304
Outras	124	119	241	256
	231.372	202.371	490.443	436.514
Receitas com construção	8.687	16.700	13.658	21.786
Receitas acessórias (b)	12.673	10.531	23.737	20.325
	21.360	27.231	37.395	42.111
Receita bruta	252.732	229.602	527.838	478.625
Deduções de receita (c)	(21.077)	(18.397)	(44.419)	(39.479)
Receita líquida	231.655	211.205	483.419	439.146

(a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Base de cálculo de impostos				
Receitas com arrecadação de pedágio	231.372	202.371	490.443	436.514
Receitas acessórias	12.673	10.531	23.737	20.325
	244.045	212.902	514.180	456.839
Deduções				
COFINS (3%)	(7.321)	(6.386)	(15.425)	(13.705)
PIS (0,65%)	(1.587)	(1.384)	(3.343)	(2.970)
ISS (2% a 5%)	(12.169)	(10.627)	(25.651)	(22.804)
Deduções e abatimentos	-	-	-	-
	(21.077)	(18.397)	(44.419)	(39.479)

Notas Explicativas**18. Custos e despesas operacionais - por natureza**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal	10.383	9.220	19.827	18.782
Conservação e manutenção	2.676	2.630	4.966	5.692
Serviços de terceiros (*)	23.537	24.838	46.457	49.645
Seguros	1.049	1.278	2.167	2.625
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 7 e 8)	36.944	31.809	73.743	63.436
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 14)	3.661	3.194	7.713	6.853
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 12)	10.197	16.135	19.385	24.346
Custos com construção	8.687	16.701	13.658	21.786
Locações de imóveis e máquinas	748	713	1.465	1.415
Outros custos e despesas operacionais	3.574	2.728	8.032	6.838
	101.456	109.246	197.413	201.418
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	90.715	96.784	175.566	172.515
Despesas gerais e administrativas	10.741	12.462	21.847	28.903
	101.456	109.246	197.413	201.418

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	2.370	8.642	14.036	17.379
Varição monetária sobre créditos fiscais	145	2.144	654	4.142
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente	540	-	1.488	-
Juros ativos sobre debêntures privadas	6.889	-	6.889	-
Outros	50	10	57	25
	9.994	10.796	23.124	21.546
Juros sobre debêntures	(11.648)	(11.579)	(24.239)	(23.879)
Varição monetária sobre debêntures	(7.733)	(19.583)	(20.355)	(52.654)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(850)	(622)	(1.682)	(1.600)
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-	(1.591)	-	(3.670)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(2.544)	(2.727)	(5.089)	(5.454)
Varição monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(77)	(2.441)	(711)	(5.263)
Outras	(844)	(734)	(1.611)	(1.593)
	(23.696)	(39.277)	(53.687)	(94.113)
Resultado financeiro, líquido	(13.702)	(28.481)	(30.563)	(72.567)

20. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/06/2017	30/06/2016
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	173.270	113.770
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,64	0,42

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	1.172.848	1.185.831
Caixa e equivalentes de caixa	(53.695)	(332.433)
Dívida líquida	1.119.153	853.398
Patrimônio líquido (ii)	386.496	400.860
Índice de endividamento líquido	2,90	2,13

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 10 e 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais:

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 98,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2017 são como segue:

		Contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	4.693	4.693
Aplicações financeiras (i)	Empréstimos e recebíveis	49.002	49.002
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	55.015	55.015
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	9.617	9.617
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.156.168	1.156.168
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	16.680	16.680
Phantom Stock option (iv)	Outros passivos financeiros	154	154

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) As debêntures e obrigações com Poder Concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$40.470 (R\$52.132 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) *Risco de liquidez*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com Poder Concedente	IGP-M	16.680	-	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	12.278	150.379	150.362	-
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	47.071	40.836	42.987	1.233.380

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	3.086	2.315	1.543
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(59.676)	(60.422)	(61.169)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (c)	Alta do IGP-M	(66)	(82)	(99)
Juros a incorrer, Líquidos		<u>(56.656)</u>	<u>(58.189)</u>	<u>(59.725)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,15%	10,19%	12,23%
IPCA (b)	4,04%	5,05%	6,06%
IGP-M (c)	4,27%	5,34%	6,41%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de julho de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração de nomenclatura do fluxo de caixa